

# FÓRUM TÉCNICO

## “SEGURANÇA PÚBLICA: DROGAS, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA”

**7ª Reunião Preparatória – 11/6/2010 – 9h30min – Plenarinho I**

Entidades e órgãos representados na reunião	<ul style="list-style-type: none"><li>• Associação Bem Viver</li><li>• Associação Brasileira e Comunitária para Prevenção ao Abuso de Drogas – Abraço</li><li>• Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública - Amproseg</li><li>• Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepolc-MG</li><li>• Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – AOPMBM-MG</li><li>• Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM</li><li>• Associação Família de Caná</li><li>• Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins – Belo Horizonte</li><li>• Associação Profissionalizante do Menor – Assprom</li><li>• Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH</li><li>• Centro pela Mobilização Nacional – CMN</li><li>• Coletivo de Entidades Negras do Estado de Minas Gerais – CEN-MG</li><li>• Conselho Comunitário de Segurança Pública 14 – Consep 14/Regional Venda Nova – Belo Horizonte</li><li>• Conselho Comunitário de Segurança Pública 125 – Consep 125 – Belo Horizonte</li><li>• Conselho Comunitário de Segurança Pública e Defesa Social do Hipercentro de Belo Horizonte – Consep/HBH</li><li>• Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais – CCPC</li><li>• Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais</li><li>• Conselho Estadual Antidrogas – Conead</li><li>• Conselho Estadual da Juventude – CEJ-MG</li><li>• Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte</li><li>• Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil / Regional de Minas Gerais – Conic/MG</li><li>• Coordenadoria Especial da Juventude / Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais</li><li>• Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais</li><li>• Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte</li><li>• Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG</li><li>• Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract</li><li>• Hospital da Polícia Civil</li><li>• Instituto Batista Abas</li></ul>
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MP/MG</li> <li>• Núcleo Jurídico de Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Nujup/PUC Minas</li> <li>• Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte / Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais</li> <li>• Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG</li> <li>• Salus Associação para a Saúde</li> <li>• Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – Seds-MG</li> <li>• Sindicato das Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais – Sindguardas-MG</li> <li>• Sindicato dos Delegados da Polícia Civil de Minas de Minas Gerais – Sindepo-MG</li> <li>• Superintendência de Prevenção à Criminalidade / Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais</li> <li>• Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A – Belo Horizonte</li> <li>• Terra da Sobriedade – Associação de Prevenção, Recuperação e Reinserção do Dependente Químico</li> </ul>
Deputados e assessorias parlamentares presentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deputado João Leite</li> <li>• Deputada Maria Tereza Lara</li> <li>• Assessoria de Gabinete – Deputado Durval Ângelo</li> <li>• Assessoria de Gabinete – Deputado João Leite</li> <li>• Assessoria de Gabinete – Deputada Maria Tereza Lara</li> <li>• Assessoria de Gabinete – Deputado Rômulo Veneroso</li> <li>• Assessoria de Gabinete – Deputado Sargento Rodrigues</li> </ul>
Assessoria da ALMG	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerência-Geral de Projetos Institucionais (GPI)</li> <li>• Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação (GID)</li> <li>• Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT)</li> <li>• Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial (GRPC)</li> <li>• Gerência-Geral de Apoio às Comissões (GCO)</li> </ul>
Pauta Prevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esclarecimento sobre os objetivos da reunião</li> <li>• Apresentação dos presentes e das entidades parceiras</li> <li>• Discussão do regulamento do Fórum Técnico (artigos 18-21)</li> <li>• Definição sobre o formato da Comissão de Representação</li> <li>• Definição dos expositores para a programação do Fórum Técnico</li> <li>• Marcação da próxima reunião</li> </ul>

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Coordenação: Deputado João Leite e Deputada Maria Tereza Lara.
- Retomada da discussão do Regulamento: Leitura dos artigos 18 a 21 e levantamento de destaques.
- Discussão sobre o direito dos inscritos individualmente a participar da Comissão de Representação (inciso X do art. 20). Frente ao questionamento dos inscritos individualmente terem, na Comissão de Representação, o mesmo peso das instituições acadêmicas, por exemplo, foram apresentados argumentos a favor: 1) muitas pessoas não estão vinculadas a organização alguma, mas têm importante contribuição para o debate; 2) a participação das pessoas começa é mesmo individualmente, haja vista a trajetória de luta de militantes como Nelson Mandela. Após o debate, procedeu-se à votação, que resultou na manutenção do inciso, na forma original, com a manutenção da presença dos inscritos individualmente na Comissão de Representação.
- Proposta de alteração de redação do art. 19, substituindo-se o termo “desdobramentos” por “implementação institucional” (incisos III e IV) e substituindo-se a expressão “junto à ALMG” por “junto ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário” (inciso IV), ou, na impossibilidade de tal mudança, suprimindo-se a expressão “junto à ALMG”. Depois de esclarecimentos, pelos consultores da GPI, sobre o que pode figurar num regulamento de Fórum Técnico, tendo em vista as competências da ALMG, e de outras opiniões contrárias à mudança do texto, votou-se favoravelmente à manutenção dos dois incisos, com a redação original.
- Solicitação de esclarecimentos sobre a possibilidade de inscrição no evento de entidades que fazem parte dos Conseps: foi esclarecido que o fato de determinadas associações fazerem parte dos Conseps não retira delas o direito de se inscreverem como entidades da sociedade civil. Ainda a propósito dos Conseps, foi sugerida alteração no inciso V, para serem aceitas apenas inscrições de Conseps devidamente registrados, que estivessem funcionando legalmente. A sugestão foi rejeitada pela Comissão Organizadora.
- Sugestão de alteração do inciso III, estabelecendo que a representação do segmento das comunidades terapêuticas, na Comissão de Representação, se daria pelas suas entidades representativas. Aprovada por unanimidade.
- Questionamento do número de componentes da Comissão de Representação (40 pessoas) e nominar a representação do Poder Público (órgãos) e das entidades representativas dos trabalhadores nas áreas de segurança pública e justiça. Foi esclarecido, pelo consultor da GPI, que uma Comissão maior tende a ser mais representativa, havendo ainda a possibilidade de ser subdividida; e que é arriscado nominar determinado órgão ou entidade no Regulamento e este(a) não comparecer às discussões do Fórum, inviabilizando o preenchimento da vaga determinada. Foi apresentado ainda o argumento de que a representação deve mesmo ser ampliada, já que a segurança pública é responsabilidade de todos.
- Sugestão de alteração do inciso VI, estabelecendo-se cadeiras para cada segmento dentro das entidades representativas de trabalhadores; ou então o acréscimo de um parágrafo único prevendo que as vagas não preenchidas poderão ser ocupadas por outro segmento. Após o esclarecimento do consultor da GPI sobre o critério de escolha do representante – participação nos trabalhos de grupo e na plenária final –, a proposta foi submetida a aprovação e rejeitada.
- Proposta de mudança do inciso VI. Submetida a votação, a proposta foi rejeitada e mantida a forma original do inciso.
- Questionamento do art. 27, propondo-se o percentual de 75% de frequência para o participante fazer jus ao certificado. Após as ponderações, dos consultores da GPI, sobre a dificuldade de controle e da responsabilidade dos participantes em se fazerem presentes nos espaços de participação, e do Deputado João Leite, sobre a prática democrática da ALMG, a proposta foi retirada.
- Encerrada a discussão do Regulamento. Avisos sobre a reunião de instalação das CTIs, marcada para o dia 14/06/2010, às 9h30, na Escola do Legislativo, e leitura das inscrições já realizadas para cada CTI.

Próxima reunião	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>18/7/2010, sexta-feira, às 9h30min, no Plenarinho I.</b></li></ul>
“Tarefas Combinadas”	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os integrantes da Comissão Organizadora interessados em participar das CTIs poderão fazer sua inscrição por e-mail.</li><li>• Reunião no dia 14 de junho, na Escola do Legislativo, para formação das CTIs e início dos trabalhos.</li></ul>